

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Corumbá - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Posição financeira e patrimonial

No período de 2018, as receitas totais auferidas foram de R\$ 1.707.637, e as despesas e custos totais incorridos foram de R\$ 1.711.623 (Custos operacionais de R\$ 1.391.911 + Custos administrativos de R\$ 319.712), gerando o déficit apurado de R\$ 3.986. Nos custos de despesas, estão consideradas algumas despesas não monetárias (não houve pagamento), como as depreciações e amortizações de R\$ 75.927.

Porém, embora tenha ocorrido déficit contábil no período de 2018 de R\$ 3.986, o IHP não possui problemas financeiros, não há dívidas pendentes de liquidação, e não houve necessidade de capitais de terceiros como empréstimos bancários, pois o déficit foi custeado pelas reservas financeiras, que o IHP possuía no período anterior (2017).

Destacamos a importância e necessidade da administração, estabelecer ações estratégicas que possam melhorar os resultados e viabilizar a sustentabilidade e perenidade da instituição.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40 (b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. As obrigatoriedades desses assuntos às entidades listadas não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de abril de 2019.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Silvio de Jesus
CRC 1 SP 141.676/O-7

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais R\$

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		45	385
Bancos – sem restrição		40	30
Bancos – com restrição		10	-
Reserva operacional – sem restrição	4	34.927	4.454
Reserva de projetos – com restrição	5	300.083	185.425
Fundo de custeio – sem restrição	6	172	5.110
Fundo de sustentabilidade – com restrição	7	5.431	73.391
Créditos a receber	8	12.463	25.982
Total do circulante		353.171	294.777
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	478.555	435.759
Intangível	10	59.990	28.583
Total do não circulante		538.545	464.342
TOTAL DO ATIVO		891.716	759.119

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais R\$

<u>PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores de bens e serviços		35.737	23.414
Obrigações com empregados	11	40.767	21.841
Folha de pagamentos autônomos		4.538	-
Encargos sociais	12	17.622	8.962
Obrigações tributárias	13	3.315	879
Outras obrigações	14	16.851	33.148
Recursos de projetos em execução	15	300.083	185.460
Total do passivo circulante		410.287	273.704
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		481.429	485.415
Total do patrimônio líquido		481.429	485.415
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		891.716	759.119

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em Reais R\$

	Nota	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	explicativa		
Com restrição			
Convênios Governamentais	17	186.846	800
Patrocínio não governamental	17	218.977	-
Trabalho voluntário	19	89.298	23.878
		495.121	24.678
Sem restrição			
Serviços prestados		275.261	241.908
Termo de parceria – Instituto Acaia	17	246.073	238.035
Doações de pessoas jurídicas		152.804	132.874
Doações de pessoas físicas		488.964	314.004
Receitas financeiras		32.063	18.660
Outras receitas		17.351	1.711
		1.212.516	947.192
Total de receitas		1.707.637	971.870
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com programas de meio ambiente			
Custos e despesas operacionais		(1.302.613)	(930.026)
Trabalho voluntário	19	(89.298)	(23.878)
		(1.391.911)	(953.904)
Resultado bruto		315.726	17.966
Despesas Operacionais e administrativas		(319.712)	(244.752)
Superávit (déficit) do período		(3.986)	(226.786)
Ajustes patrimoniais		-	2.624
Resultado abrangente		(3.986)	(224.162)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais R\$

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Superávit (Déficit)</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>709.577</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>709.577</u>
Déficit do período	-	-	(226.786)	(226.786)
Ajustes patrimoniais	-	-	2.624	2.624
Transferência do superávit	(224.162)	-	224.162	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>485.415</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>485.415</u>
Déficit do período	-	-	(3.986)	(3.986)
Transferência do superávit	(3.986)	-	3.986	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>481.429</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>481.429</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações do Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em Reais – R\$

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(3.986)	(226.786)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	75.727	62.067
Ajustes patrimoniais	-	2.624
Redução (aumento) do ativo		
Créditos a receber	13.517	(12.319)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores de bens e serviços	3.698	9.948
Obrigações com empregados	18.925	9.538
Folha de pagamentos autônomos	4.539	-
Encargos sociais	8.660	651
Obrigações tributárias	2.435	(421)
Outras obrigações	(16.297)	4.710
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	<u>107.218</u>	<u>(149.988)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado e intangível	(149.930)	(9.533)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>(149.930)</u>	<u>(9.533)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de recursos de projetos em execução	114.623	185.460
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>114.623</u>	<u>185.460</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>71.911</u>	<u>25.939</u>
Caixa e equivalentes no início do período	268.796	242.856
Caixa e equivalentes no fim do período	340.707	268.795
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>71.911</u>	<u>25.939</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Homem Pantaneiro é uma entidade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na cidade de Corumbá / MS, tem prazo de duração indeterminado e abrangência nacional.

O Instituto tem por finalidade:

- a) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionadas com educação, monitoramento, controle, pesquisa, preservação e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da qualidade segurança ambiental;
- b) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionados com a educação, pesquisa, formação, treinamento e capacitação e recursos humanos na área ambiental;
- c) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver e executar estudos, consultoria ambiental, avaliação, relatórios e impacto ambiental;
- d) Prestar serviços e consultorias a instituições governamentais e não governamentais empresas públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de educação, formação, treinamento capacitação, qualificação profissional, planejamento, execução de todas as atividades, organização e operacionalização de eventos relacionados com o meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. RESERVA OPERACIONAL – SEM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Fundos de aplicações financeiras	34.927	4.454
Total	34.927	4.454

5. RESERVA DE PROJETOS – COM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Fundos de aplicações financeiras	300.083	185.425
Total	300.083	185.425

6. FUNDO DE CUSTEIO – SEM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Fundos de aplicações financeiras	172	5.110
Total	172	5.110

7. FUNDO DE SUSTENTABILIDADE – COM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Fundos de aplicações financeiras	5.431	73.391
Total	5.431	73.391

8. CRÉDITOS A RECEBER

	2018	2017
Adiantamentos de honorários	3.865	-
Adiantamentos a fornecedores	4.610	15.741
Adiantamento de salários	597	-
Créditos e receber	14.560	21.409
Provisão de perdas sobre créditos	(11.295)	(11.294)
Impostos e contribuições a recuperar	126	126
Total	12.463	25.982

9. IMOBILIZADO

		2018		2017	
	Taxa Anual Depr.	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Sem restrição					
Móveis e utensílios	10%	18.980	(8.600)	10.380	11.295
Terminais telefônicos	20%	385	(333)	52	90
Máquinas e equipamentos	15%	171.156	(32.420)	138.736	64.992
Equipamentos de informática	20%	6.446	(6.446)	-	1.076
Terrenos	-	15.000	-	15.000	15.000
Embarcações	10%	200.989	(51.922)	149.067	169.166
Imóveis	4%	183.252	(20.769)	162.483	169.813
					431.432
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	10%	4.973	(2.272)	2.701	3.198
Equipamentos de informática	20%	6.091	(5.955)	136	1.129
		11.064	(8.014)	2.837	4.327
Total		607.272	(128.717)	478.555	435.759

Movimentação do Imobilizado

	2017	2018			Líquido
	Líquido	Adições/ Compras	Baixas	Depreciação	
Sem restrição					
Móveis e utensílios	11.295	950	-	(1.865)	10.380
Terminais telefônicos	90	-	-	(38)	52
Máquinas e equipamentos	64.992	89.580	-	(15.836)	138.736
Equipamentos de informática	1.076	-	-	(1.076)	-
Terrenos	15.000	-	-	-	15.000
Embarcações	169.166	-	-	(20.099)	149.067
Imóveis	169.813	-	-	(7.330)	162.483
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	3.198	-	-	(497)	2.701
Equipamentos de informática	1.129	-	-	(993)	136
Total	435.759	90.530		(47.734)	478.555

10. INTANGÍVEL

	Taxa Anual Amort.	2018			2017
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Software Geo monitoramento	20%	159.400	(99.444)	59.956	28.495
Software - computadores	20%	266	(232)	34	88
Total		159.666	(99.676)	59.990	28.583

11. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2018	2017
Salários a pagar	20.065	11.162
Provisão para férias	20.702	10.679
Total	40.767	21.841

12. ENCARGOS SOCIAIS

	2018	2017
INSS a recolher	8.297	4.107
FGTS a recolher	1.510	929
PIS sobre folha de pagamento	519	125
Contribuição sindical	154	154
Provisão para encargos sociais sobre férias	7.142	3.647
Total	17.622	8.962

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
IRRF a recolher – PF	2.032	225
IRRF a recolher – PJ	78	19
ISS a recolher	944	319
Outras obrigações	261	316
Total	3.315	879

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018	2017
Adiantamentos de clientes	15.992	31.486
Despesas a ressarcir	324	689
Luz a pagar	491	191
Água a pagar	44	94
Telefone a pagar	-	688
Total	16.851	33.148

15. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Recursos de aplicações restritas

Modalidade e Órgão	Responsabilidades Decorrentes	2018 R\$	2017 R\$
Vale S.A.	Referente à parcela única de repasse vinculado ao projeto Cabeceiras do Pantanal. O projeto quer colaborar com a produção de informação ambiental qualificada a respeito do Pantanal, em particular das nascentes e APPs da região do planalto da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Busca-se criar ou fortalecer mecanismos capazes de converter as avaliações científicas e socioeconômicas em informações de qualidade para o planejamento e definição de políticas ambientais.	300.000	-
FUNLES (a)	Se o projeto não se concretizar, o IHP restituirá o recurso ao patrocinador.	83	185.460
Total		300.083	185.460

- a) Corresponde ao Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados (FUNLES), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:

- (a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Entidade não possui processos trabalhistas, Cíveis e Tributários envolvendo riscos de eventuais perdas, portanto, não foi necessário constituir provisão para contingências.

17. PATROCÍNIOS E CONVÊNIOS - Receitas

Convênios Governamentais – com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	2018 R\$	2017 R\$
FUNLES - Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados (FUNLES), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).	GEOPANTANAL: Ferramenta Tecnológica para Conservação.	-Executar o Plano de Trabalho; -Aplicar o recurso recebido para execução do projeto; -Manter a escrituração Contábil atualizada; -Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas; -Observar as disposições do Decreto Estadual 14.494; -Possibilitar a fiscalização e supervisão pela Concedente; -Devolver os saldos remanescentes; -Prestar Contas dos recursos recebidos.	186.846	800
Total			186.846	800

Termo de Parceria – Instituto Acaia – Sem Restrição

Entidade	Projeto / objeto da parceria	2018 R\$	2017 R\$
Instituto Acaia	Termo de parceria para pagamento da manutenção do sistema de comunicação nas áreas abrangidas pela RPCSA	24.583	24.035
Instituto Acaia	Termo de parceria para ações de fiscalização e monitoramento nas áreas abrangidas pela RPCSA	221.490	214.000
Total		246.073	238.035

Patrocínio não governamental – Com Restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2018 R\$	2017 R\$
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: monitoramento ambiental como ferramenta para conservação.	Monitoramento Ambiental Serra do Amolar no Pantanal/MS	158.977	
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	14º Curso Estratégia de Conservação e Proteção da Natureza	Curso de Extensão a oficiais das Polícias Militares Ambientais do Brasil. Estratégias de Conservação e Proteção da Natureza 2016 se desenvolvido em duas etapas: 1- Não presencial- EaD- Serão cindo Módulos com carga horária de 20h cada no ambiente virtual de ensino (Moodle) e, etapa - 2 presencial realizada na Serra do Amolar no Pantanal/MS..	60.000	
Total			218.977	

18. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. O Instituto Homem Pantaneiro possui duas fontes de receitas: doações e serviços prestados, sendo que as receitas auferidas dos serviços prestados, são utilizadas para custear a conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

19. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade - item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado final de superávit e ou déficit.

Portanto, não houve pagamentos aos voluntários, pois são serviços não remunerados conforme Lei do Serviço Voluntário.

20. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-
Contribuição Social sobre Lucros	-	-
ISS	19.809	11.275
PIS sobre receitas	11.099	6.211
COFINS sobre receitas	51.229	28.664
Total	<u>82.137</u>	<u>46.150</u>

21. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade não possui seguro predial, uma vez que a edificação que se encontra a sede administrativa da Instituição, é tombado pelo Patrimônio Histórico e as corretoras de seguros não realizam seguros em prédio com essa característica.

22. DIREITOS AQUISITIVOS DE PROPRIEDADES

Os imóveis rurais denominados Fazenda Morrinhos e Fazenda Novos Dourados, localizados no município de Corumbá – MS, onde existe a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Elieser Batista, foram adquiridos pelo Instituto Homem Pantaneiro - IHP, da empresa MMX Corumbá Mineração S.A., por meio do Instrumento de Promessa de Compra e Venda, datado de 11.08.2014, aditado em 16.04.2015 (Fazenda Novos Dourados) e do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos, datado de 11.08.2014 (Fazenda Morrinhos), pelos valores de R\$ 2.089.418,90 e 310.581,11, que ainda não foram pagos pelo vendedor ao adquirente, em razão da existência de condições estabelecidas nos instrumentos, que ainda não foram superadas.

As partes firmaram também um Contrato de Arrendamento, datado de 11.08.2014. O preço acordado pelo arrendamento, R\$ 600.000,00, foi pago por meio de compensação de créditos em aberto a favor do Instituto, originários do Termo de Parceria e Gestão, Manutenção e Execução de Programas de Conservação, celebrado em 01.01.2010 e aditado em 02.02.2011.

O Instituto Homem Pantaneiro cedeu 95% dos direitos que detinha sobre os imóveis acima mencionados, para um grupo de pessoas físicas, o que foi feito por meio do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Aquisitivos, datado de 10.12.2012, pelo preço de R\$ 368.815,07 (Faz. Morrinhos) e R\$ 2.481.184,93 (Faz. Novos Dourados), com o intuito de conciliar esforços para continuidade das atividades de preservação ambiental, projetos científicos e de educação ambiental desenvolvidos nos imóveis.

Não havendo mais interesse na parceria estabelecida entre o Instituto e o grupo de pessoas físicas, e no intuito de contribuir para a causa da preservação da Serra do Amolar, o pagamento de R\$ 350.000,00, recebido inicialmente pelo Instituto a título de sinal, pela

celebração do instrumento de cessão acima mencionado, não foi devolvido. Referido valor foi recebido pelo Instituto em caráter de doação.